

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 6.314, DE 2009

Apensado: PL nº 3.535/2012

Dispõe sobre o exercício da profissão de bugreiro.

Autor: Deputado FÁBIO FARIA

Relatora: Deputada GORETE PEREIRA

I - RELATÓRIO

O projeto em epígrafe, de autoria do Deputado Fábio Faria, visa a regulamentar a profissão de bugreiro.

Em seu art. 2º, a proposição dispõe sobre as condições de exercício da profissão de bugreiro, que são as seguintes: habilitação para conduzir veículo automotor em uma das categorias B, C, D ou E, definidas no art. 143, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, conclusão de curso de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos, promovido por entidade reconhecida pelo respectivo órgão permissionário; utilização de veículo com as características exigidas pela autoridade de trânsito; alvará municipal ou permissão específica dos órgãos competentes e de trânsito do seu domicílio profissional.

O art. 3º do projeto dispõe que o profissional bugreiro deve trabalhar nos horários determinados pelas autoridades locais, trajar-se adequadamente, atender o cliente com educação, manter em boas condições de funcionamento e limpeza o veículo do qual se utiliza para trabalhar, e respeitar o pedestre e o turista.

O art. 4º do projeto da proposição dispõe sobre as diversas modalidades de bugreiro e as define, disciplina ainda a proposição os direitos dos bugreiros.

Ao Projeto de Lei nº 6.314, de 2009, foi apensado o Projeto de Lei nº 3.535, de 2012, que cria o serviço de transporte especial denominado “**buggy-**

turismo". Esse serviço seria utilizado em modalidade de permissão, e o veículo a ser empregado em tais atividades seria o **buggy**. O poder permitente seria da União.

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aprovou a matéria, com emendas, e rejeitou o Projeto de Lei nº 3535, de 2012, apensado. A Emenda nº 1 inclui a educação ambiental como requisito para o exercício da profissão de bugreiro. A Emenda nº 2 introduz o uso de veículos com menor emissão de gases de efeito estufa. Já a Emenda nº 3 refere-se à necessidade de licenciamento ambiental para o exercício da profissão de bugreiro.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou o Projeto de Lei nº 6.314, de 2009, com emenda própria, além de ter aprovado as Emendas nºs 1, 2 e 3 da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Essa Comissão ainda se pronunciou pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.535, de 2013, apensado.

A Emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público estipula a remuneração mínima do bugreiro em mil e trezentos e cinquenta e seis reais.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do que dispõe o art. 32, IV, a, do Regimento Interno, examinar as proposições quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Segundo a Constituição da República, é competência privativa da União legislar sobre as condições para o exercício de profissões (art. 22, XVI). Essa é a matéria do Projeto de Lei nº 5.314, de 2009, o qual é constitucional, excetuando o seu art. 5º, I, que estabelece vinculação ao salário mínimo, vedada no art. 7º, IV, da Constituição Cidadã.

No que toca à juridicidade, observa-se que a proposição principal em nenhum momento atropela os princípios gerais do direito que informam o sistema jurídico pátrio.

Quanto à técnica legislativa e à redação, constata-se que o Projeto de Lei nº 6.314, de 2009, foi redigido de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Há, todavia, um problema de redação a ser enfrentado. O profissional bugreiro de que trata o projeto é o condutor do **buggy**. Esse, segundo o autorizado Dicionário Houaiss, é “pequeno cabriolé aberto, ou ainda “ veículo aberto que trafega em qualquer tipo de terreno com atrás, carroceria simplificada e pneus muito largos.”

A lógica é que **de buggy** se tire bugueiro, e não bugreiro. A aparição da consoante “r” seguindo o “g” não nos parece uso linguístico que se possa reputar de consequente.

Demais, o registro de bugreiro aparece nos verbetes de nossos dicionários como o caçador de bugres, onde bugre, como nos informa o Dicionário Aurélio, é designação de tribo indígena da região sul, que adquire significação genérica, designando índios em geral, e, em especial, os bravios e aguerridos.

A palavra “bugreiro”, portanto, na acepção de condutor do cabriolé aberto, não se recomenda. Este relator vai substituí-la por: “bugueiro”.

Passo, agora, ao exame do Projeto de Lei nº 3.535, de 2012, apensado, já rejeitado nas Comissões de mérito.

Segundo o art. 21 da Constituição da República, a União tem a competência para explorar, direta ou indiretamente, mediante autorização, concessão ou permissão o transporte rodoviário interestadual ou internacional. Pela natureza da questão, a matéria pertence ao Poder Executivo.

Para além disso, há uma questão de que não se pode fugir: por suas características, o transporte em **buggy** é sempre algo tópico, que, normalmente, se dá no interior de um Município e em distâncias pequenas, até para não expor o passageiro ao uso normal de rodovias, o que implicaria grandes riscos. O normal, portanto, é que a competência de exploração dessa nova modalidade de transporte seja dos Municípios, mas jamais da União (art. 30, I, da Constituição da República).

Não bastasse isso, a proposição especifica competências de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo federal: Ministério do Turismo, Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), violando,

inequivocamente, o princípio da separação dos Poderes (art. 2º da Constituição da República).

O Projeto de Lei nº 3.535, de 2012, apensado, é, pelo que já se expôs, inconstitucional. Eis por que me exonero de examiná-lo no que toca aos demais aspectos referentes a este Colegiado: juridicidade e técnica legislativa.

Haja vista o que acabo de expor, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 6.414, de 2009, principal, com as emendas anexas. Voto ainda pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das Emendas nºs 1, 2 e 3 da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, bem como da Emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Voto, por fim, pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 3.535, de 2012, apensado.

Sala da Comissão, em de julho de 2018.

Deputada GORETE PEREIRA

Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**PROJETO DE LEI Nº 6.314, DE 2009**

Apensado: PL nº 3.535/2012

Dispõe sobre o exercício da profissão
de bugreiro.

EMENDA Nº 1

Substitui-se, na ementa e nos art. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º do projeto, a expressão “bugreiro” pela expressão “bugueiro”.

Sala da Comissão, em de julho de 2018.

Deputada GORETE PEREIRA
Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 6.314, DE 2009

Apensado: PL nº 3.535/2012

Dispõe sobre o exercício da profissão
de bugreiro.

EMENDA Nº 2

Substitui-se. no art. 5º, I, do projeto, a expressão “dois salários mínimos” pela expressão “mil novecentos e oito reais”.

Sala da Comissão, em de julho de 2018.

Deputada GORETE PEREIRA
Relatora